

O PROGRESSO TECNOLÓGICO

O processo de acumulação de capital por parte dos comerciantes, além de criar a necessidade de expansão do mercado, estimulou o desenvolvimento técnico capaz de tornar possível essa expansão.

O FASCÍNIO PELAS ÍNDIAS

Era estimulado pelas lendas sobre as exóticas terras orientais. As narrativas de Marco Polo descreviam-nas como abundantes em ouro, seda, especiarias e outras riquezas. As caravanas árabes transportavam por terra as mercadorias orientais até os entrepostos nas costas do Mediterrâneo, onde os produtos eram vendidos aos comerciantes por preços muito altos.

Os turcos otomanos, entretanto, se não chegaram a liquidar, pelo menos impuseram barreiras a esse tipo de intercâmbio. Diante disso, a burguesia comercial europeia lançou-se à descoberta de um novo caminho marítimo para as Índias.

O MONOPÓLIO DAS CIDADES ITALIANAS

Os mercadores de Gênova e Veneza buscavam na Síria, Egito e Constantinopla os produtos trazidos pelas caravanas orientais, mantendo um rigoroso monopólio sobre esse rendoso negócio. Nações da Europa ocidental, principalmente Portugal e Espanha, tentaram furar esse bloqueio, tornando-se pioneiras na busca de um caminho marítimo para as Índias.

A CENTRALIZAÇÃO DO PODER NOS ESTADOS NACIONAIS

Para obter as condições necessárias à expansão marítima, a burguesia comercial precisava do apoio de um poder central forte e soberano. Só assim seria possível vencer a resistência da nobreza feudal. Fazia-se necessário concentrar os recursos necessários ao empreendimento e garantir política e militarmente as conquistas coloniais.

PORTUGAL: PIONEIRO NA EXPANSÃO MARÍTIMA

Portugal foi o primeiro país europeu a lançar-se às Grandes Navegações, o que não aconteceu por acaso. Inúmeras razões concorreram para isso, entre elas:

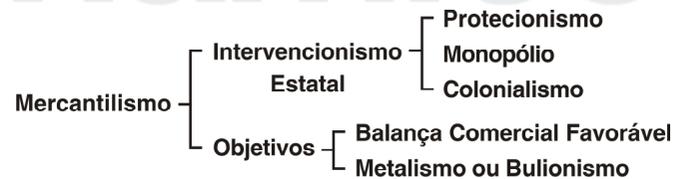
- posição geográfica favorável;
- apoio da burguesia;
- avançada arte náutica.

Incentivados por D. Henrique, fundador da mítica Escola de Sagres no século XIV, os portugueses se aperfeiçoaram na arte da navegação e aprimoraram os instrumentos de navegação.

CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA

Com a Revolução de Avis, Portugal conseguira antes de outras nações europeias, centralizar o governo, criando um Estado nacional associado aos interesses mercantis. Este foi, sem dúvida, o fator mais importante de sua expansão marítima, que teve como ponto de partida a conquista de CEUTA em 1415.

O MERCANTILISMO



O mercantilismo pode ser resumido como uma aliança entre os reis e a burguesia visando a unificação política e desenvolvimento do comércio. Foi um conjunto de doutrinas através do qual o Estado Nacional intervinha na economia objetivando a ampliação do poder do rei e da riqueza nacional.

Diferente do que ocorria na Idade Média, cuja medida de riqueza era a quantidade de terras, no mercantilismo a riqueza é medida pela quantidade de ouro e prata acumulados, e para garantir esta acumulação os Estados se utilizavam das seguintes políticas:

• Intervencionismo estatal

Em seus primórdios, a atividade capitalista, para se afirmar, não pôde prescindir da ação dos governos nacionais para garantir seu desenvolvimento, até mesmo porque os próprios estados nacionais eram também eles dependentes das parcelas que o lucro obtido viessem reverter-lhes na forma de impostos.

• Protecionismo

O Estado nacional utiliza-se do protecionismo, isto é, incentivava as exportações através da desvalorização da moeda, baixos salários, proibição da exportação de matérias-primas, além de aumentar as tarifas alfandegárias a fim de dificultar as importações.

• Monopólio

Além de vitar a concorrência externa através do protecionismo, visando debelar a concorrência interna entre os próprios comerciantes nacionais, o estado procedia a distribuição de monopólios de exploração comercial sobre determinado segmento de mercado.

• Colonialismo

Visando controlar mercados consumidores e fontes de matérias primas para os comerciantes nacionais, os estados nacionais, com condições para tanto, lançam-se na conquista de colônias. Porém estas só cumpriram sua função histórica se submetidas ao pacto colonial, isto é, ao monopólio exclusivo da metrópole sobre o comércio com a colônia.